

EMOÇÃO E ARGUMENTAÇÃO: FUTURO PERFEITO NOS TÍTULOS DE NOTÍCIAS

Isabel Margarida DUARTE (Universidade do Porto)

RESUMO: Na sequência de pesquisa anterior, explicar-se-á por que razão o *futuro perfeito* é utilizado nos títulos de imprensa, como forma de “effacement énonciatif” e de desresponsabilização do citador. Comparar-se-á o efeito do uso deste tempo verbal com o do *condicional composto* que, em PE, se utiliza bastante menos no mesmo contexto. Confrontar-se-ão textos ficcionais com jornalísticos, onde o *futuro perfeito* é mais usado. Estas comparações far-se-ão com recurso a dois *corpus*: CETEMPUBLICO e corpusdoportugues.org (DAVIES; FERREIRA). Procurar-se-á ainda mostrar que o *Público* apresenta cada vez mais, nos títulos de notícias, informação pela qual o locutor não se responsabiliza, utilizando o *futuro perfeito*, conduzindo emotivamente as convicções do leitor acerca dos estados de coisas.

PALAVRAS-CHAVE: *futuro perfeito*; relato de discurso; discurso de imprensa; desresponsabilização do locutor.

RÉSUMÉ: Suite à une recherche antérieure, nous expliquerons pourquoi le *futuro perfeito* est utilisé dans les titres de la presse, en tant qu’effacement énonciatif et non-responsabilisation du locuteur-citant. Nous comparerons l’effet provoqué par l’utilisation de ce temps verbal avec celui du conditionnel passé, temps beaucoup moins utilisé en portugais européen dans cette fonction. Nous confronterons des textes de fiction avec des textes journalistiques, où le *futuro perfeito* est beaucoup plus fréquent. Ces comparaisons se fonderont sur deux *corpus*: le CETEMPUBLICO et le corpusdoportugues.org (DAVIES; FERREIRA). Nous montrerons aussi que le quotidien *Público* présente, dans ses titres, de plus en plus d’informations non confirmées exprimées à l’aide du *futuro perfeito* qui dégage la responsabilité du locuteur quant à la réalité de ces faits et l’aide à diriger de façon émotive les croyances du lecteur en ce qui concerne l’état réel des choses. MOTS-CLEFS: *futuro perfeito*; discours rapporté; discours de presse; de-responsabilisation du locuteur.

0. Apresentação

Depois de uma breve introdução [1], irei tentar explicar, rapidamente, porque se usa o *futuro perfeito* em situações de “apagamento enunciativo” [2]. Confrontarei, de passagem, o *futuro perfeito* com o condicional composto [3] e os usos do *futuro perfeito* na ficção e em textos dos *media* [4]. Falarei, por fim, da utilização do *futuro perfeito* como estratégia argumentativa de condicionamento emotivo do alocutário [5]. Na conclusão [6], apontarei pistas para a continuação da pesquisa.

1. Introdução

Os textos de imprensa são construídos, quase sempre, a partir de relatos, de representações de enunciados, de palavras produzidas por locutores diferentes daquele que é o autor do texto, o jornalista. Por isso a citação é um tema central da análise deste tipo de produto verbal, o discurso de imprensa. Se todos os textos são construídos com palavras e enunciados de outros locutores, os dos *media* escritos compõem-se de factos de palavras, isto é, recorrem, preferencialmente, a enunciados usados como fonte, como prova, como matéria a ter em conta, como exemplificação, ou como simples elementos de sedução e atracção do destinatário, de espectacularização do discurso.

Em textos anteriores (DUARTE 2003a, 2003b, 2004)¹, dei conta de alguns mecanismos de relato utilizados pelo locutor para argumentar, para credibilizar as suas posições ou opiniões, para conduzir e condicionar os estados de crença dos leitores, embora sob a aparência enganadora de objectividade.

¹ Embora a minha investigação de doutoramento (2003a), terminada em 1999, se tenha centrado sobre o relato de discurso na narrativa de ficção, nela fui dando conta, pontualmente de aspectos referentes à citação nos *media* escritos.

Mais recentemente, centrei a minha pesquisa na utilização do chamado *futuro perfeito* em Português Europeu (PE), como forma de citação mais ou menos velada (o que MOIRAND (2007) consideraria uma “*inscription textuelle discrete*” de discurso relatado), que não envolve, aparentemente, o relator, isto é, que não o compromete, não o responsabiliza pela verdade daquilo que é comunicado aos leitores, na parte do seu discurso em que cita ou evoca outro enunciador (e1). O efeito conseguido com o uso deste tempo composto do modo indicativo é idêntico ao do condicional de “*oui-dire*” em francês.

2. Explicação teórica: *futuro perfeito* e “apagamento enunciativo”

O *fp* tem geralmente, nas frases complexas, um valor aspectual de *perfeito*, ou seja, informa que uma acção futura terá sido completamente acabada, num determinado momento futuro. Segundo STEN (1973, p. 260), seria “*l’expression d’une action accomplie du futur*”. Vejamos o exemplo de Epifânio da Silva Dias (DIAS, 1933, p. 195):

(1) Quando ele chegar, já eu terei jantado.

O *fp* usa-se, neste exemplo, para exprimir que uma acção futura em relação ao tempo presente (ele chegar) terá lugar quando uma outra acção também ela futura (eu jantar) estiver completamente terminada. “Terei jantado” remete para um tempo posterior ao da enunciação, mas anterior a uma outra acção futura (expressa pelo futuro do conjuntivo).

Segundo o mesmo SILVA DIAS (cf. 1933, p. 195), o *fp* serve igualmente para apresentar uma acção como possível, provável, atestada sob reserva. O futuro acarreta frequentemente, além de um valor temporal de posterioridade ou em vez dele, um valor modal de incerteza (cf. OLIVEIRA, 1985). No caso concreto daquele tempo a que chamamos futuro composto ou *futuro perfeito*², o modo de construção do enunciado releva quase sempre do provável, do incerto, da suposição tendo, por isso, um valor geralmente modal. Há uma “ruptura entre o momento da enunciação e o momento em que a relação predicativa será validada” (SOUSA; PEREIRA, 2003, p. 407). O locutor não se compromete com a validação da relação predicativa. O futuro seria mesmo, para estas autoras, uma espécie de marcador de não validação.

O valor perfectivo do *fp* que se presente na sua designação ou em “passado do futuro”, em todo o caso, contamina argumentativamente o grau de adesão ou a validação da verdade do conteúdo proposicional veiculado: se a acção é acabada, perfeita, é algo de que não podemos duvidar, dado como aceite. Ora este aspecto perfectivo coexiste e conflitua com o valor modal epistémico, de probabilidade, com um valor de mediativo (cf. GUENTCHÉVA, 1994). Estamos perante um marcador morfológico de probabilidade, como o condicional francês é, pelo menos em determinados usos.

O valor mediativo do *fp* aparenta-se à citação. No Português Europeu (PE) actual, este tempo comporta-se como “un marqueur grammatical mixte, médiatif et modal” (KRONNING, 2002, 2005), marcador da mediação epistémica, de empréstimo ou de discurso relatado. Mas, dentro dos marcadores de relato de discurso, é um sinal claro de “non prise en charge” ou de “*effacement énonciatif*” (MARNETTE, RABATEL, 2004), como tentei mostrar num trabalho anterior³. Vejamos um exemplo:

(2) 6819630

Segundo a acusação, lida pelo juiz-presidente Custódio Marques da Costa, o caso **ter-se-á iniciado** em princípios de 1991, quando dois amigos, Almiro R. e António

² Este tempo é também chamado “futuro anterior” ou “passado do futuro”.

³ Trata-se da comunicação apresentada ao XXV Congrès de Linguistique et Philologie Romanes, Innsbruck, Setembro de 2007: “Le discours rapporté dans la presse portugaise, le *futuro perfeito* et l’effacement énonciatif” (texto submetido para publicação).

C., se **terão proposto** adquirir 15 mil contos em notas falsas, pagando pela encomenda oito mil contos em moeda corrente.

No caso em apreço, o locutor relata o que soube da leitura da acusação (“a acusação, lida pelo juiz-presidente Custódio Marques da Costa”) e daí o Sintagma Preposicional *cadratif* “Segundo a acusação”, indicando a fonte do saber, isto é, o enunciador 1. O locutor não se responsabiliza pela informação transmitida por esse enunciador 1, eventualmente porque considera o conteúdo dessa informação como apenas provável, não atesta a validade da relação predicativa do enunciado relatado⁴. A verdade do conteúdo proposicional fica assim atenuada, isto é, nota-se um certo grau de incerteza relativamente ao asserido, mas o leitor passa a conhecer essa informação não assumida pelo locutor-citador. Este distancia-se do enunciador 1 cujos discursos reporta, o que não significa que esteja contra o ponto de vista de e1 mas, apenas, que não se responsabiliza por esse ponto de vista alheio.

Fazer com que o leitor receba informações originárias de outras fontes (enunciadores 1) pela validação das quais o locutor relator, isto é, o jornalista, não se quer ou não pode responsabilizar-se parece-me ser a principal função do uso frequentíssimo⁵ deste tempo verbal, o *futuro perfeito*, no títulos de notícias, sobretudo nos que são manchete. Tratar-se-ia de fazer o destinatário aderir à verdade da informação veiculada pelo título, ainda que o locutor não se responsabilize pela validação da relação predicativa em causa, que ganha particular saliência por estar num título. O “*effet de grossissement*” de que fala CHARAUDEAU (2006, p. 36), justamente a propósito de títulos e manchetes, seria, segundo o autor, mais um factor a dificultar a leitura crítica dos textos dos *media*.

(3) 38290

Problemas de partilhas **terão motivado** o homicídio (título⁶)
Pai **mata** filho no Gerês (subtítulo)

(4) 395357

Ex-vogal do Inatel **terá recebido** 4% das obras de três centros de férias (título)
Corrupção à percentagem (subtítulo)

Não entrarei em linha de conta, por o ter feito anteriormente⁷, com os efeitos conseguidos através da relação estabelecida entre o *futuro perfeito* usado no título e certas estruturas do subtítulo, efeitos que concorrem para a sugestão de que é verdadeiro aquele facto que o título refere; mas, como meros exemplos, repare-se em como o presente do indicativo em (3) ou a frase nominal em (4) reforçam o valor de verdade da asserção, no entanto modalizado pelo *futuro perfeito*, presente no título de ambas as ocorrências. No caso de (4), por exemplo, a existência de corrupção é um implícito da frase nominal. Estes pares sugerem assim que o locutor dá conta de informações cuja validação não pode / quer garantir, mas que são disponibilizadas como sendo verdadeiras, como se pode concluir do subtítulo⁸. O valor modal do *futuro perfeito* permitiria marcar a distância, a não responsabilização do locutor em relação aos factos apresentados. Obviamente este

⁴ Como OLIVEIRA (1985, p. 364) refere para um exemplo semelhante, o locutor “não assume a verdade ou falsidade do que diz, pois limita-se a transferir para outrém (segundo consta) ou outra enunciação de tal facto, característica aliás muito comum em discursos relatados (ou indirectos).”

⁵ Para se ter uma ideia da frequência do futuro perfeito nos *media*, as ocorrências disponibilizadas no CETEMPUBLICO ocupam 6680 páginas tamanho A4.

⁶ Os exemplos numerados foram retirados do CETEMPUBLICO, *corpus* que inclui o texto de cerca de 2.600 edições do PÚBLICO, entre os anos de 1991 e 1998. Os títulos foram extraídos do *corpus* por Rogério Reis, do Departamento de Ciência dos Computadores da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, a quem agradeço.

⁷ Ver nota 3.

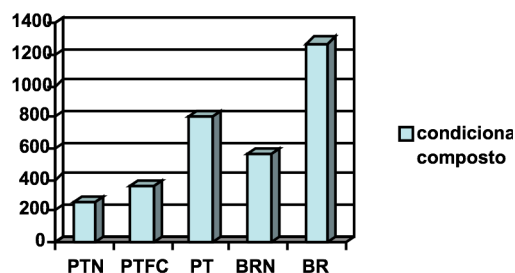
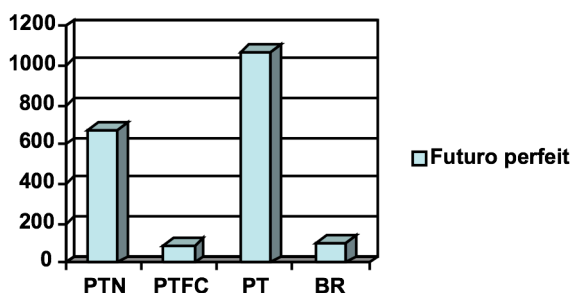
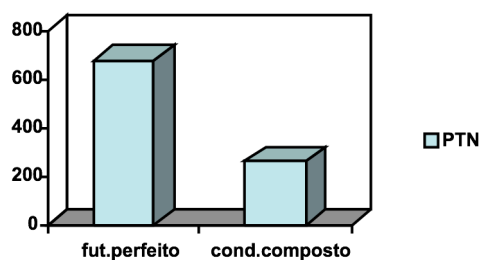
⁸ Há outros mecanismos que concorrem para o mesmo resultado, como procurei mostrar no estudo referido. Por outro lado, o *futuro perfeito*, por vezes, está no subtítulo e não no título, sendo o efeito da sua conjugação com os fenómenos elencados exactamente o mesmo.

locutor não é a fonte do conteúdo proposicional do enunciado, fenómeno aliás dominante no discurso de imprensa, construído sobre outros discursos anteriores de outros enunciadores. O locutor disponibiliza a informação, mas não se responsabiliza por ela, configurando aquilo que Rabatel e outros consideram “*effacement énonciatif*”. Uma vez que, frequentemente, o leitor se fica pela leitura dos títulos das notícias, a insinuação não assumida pelo locutor de que, em (4), um ex-vogal do Inatel poderá ter sido subornado, recebendo “luvas” pelas obras realizadas em centros de férias, corroborada pelo subtítulo com frase nominal, tem como destinatário o leitor, condicionando as suas crenças. Como afirma CHARAUDEAU (2006, p. 42), embora não pareça, o locutor impõe o seu ponto de vista:

Le positionnement du sujet énonciateur, d’abord n’est pas toujours manifesté de façon explicite, et peut même jouer sur des apparences trompeuses en ayant l’air de s’effacer dans l’instant même où il impose son point de vue en assignant certaines places à son destinataire.

3. Confronto entre uso do *futuro perfeito* e do *condicional composto*

Uma das nossas intuições, quando de uma anterior pesquisa sobre estas questões, foi a de que o *futuro perfeito* era muito mais utilizado do que o condicional composto, em Portugal, no discurso de imprensa, para sugerir informação com a verdade da qual o locutor não se queria comprometer. Se nos ativermos apenas ao CETEMPUBLICO, em



Legenda: PT: Portugal; BR: Brasil; N: notícias; FC: ficção

7030480 orações analisadas, há 34633 (0.49%) casos de *futuro perfeito* e 15540 (0.22%) ocorrências de condicional composto.⁹

Utilizando o corpusdoportugues (DAVIES; FERREIRA)¹⁰ para investigar melhor as relações entre os dois tempos verbais, verifiquei que os números atestam a justeza da

⁹ Estes resultados não estão ainda validados, sendo possível que haja presença de alguns casos intrusos, como o exemplo que cito do CETEMPUBLICO: “Os desempregados com idades compreendidas entre 30 e 40 anos terão direito ao apoio por um prazo de 18 meses”, em que “direito” foi assumido erradamente como um participio passado.

minha intuição inicial. Em primeiro lugar, no que concerne o discurso de imprensa, a diferença entre o Português Europeu e o Português do Brasil é enorme, pois se em Portugal usamos, em contextos mediativos e de “effacement énonciatif”, sobretudo o *futuro perfeito*, no Brasil é o condicional composto o tempo verbal mais usado nas mesmas circunstâncias. O *futuro perfeito* usa-se, no discurso de imprensa em PE, quase 14 vezes mais do que no PB. Quanto ao condicional composto nos *media*, no PB é o dobro de em PE.

Falta ainda referir que, das ocorrências dos tempos verbais encontradas, nem todas têm o valor de reprodução de discurso com desresponsabilização do locutor-reprodutor que aqui nos interessa. É que o condicional composto se usa, frequentemente, em PE, em frases complexas, por razões de *consecutio temporum*, sem o valor que estamos a procurar estudar, isto é, sem valor mediativo ou de citação (que tem no exemplo (6)), mas apenas com os sentidos habituais do condicional composto; ou seja, para além do condicional de alteridade enunciativa (6), aquele que agora nos interessa, muitas das ocorrências elencadas no *corpus* são de condicionais temporais ou de condicionais hipotéticos, para retomarmos a classificação tripartida de HAILLET (2007), embora se recomende a prudência necessária quanto a estas transposições de uma língua para outra, já que o uso do *conditionnel passé* francês numa oração subordinada temporal, por exemplo, não é equivalente ao que tem a forma verbal homóloga em português (cf. STEN, 1973, p. 265). Grande parte dos exemplos encontrados não têm qualquer valor citativo, como se pode atestar pela ocorrência (5), bem diversa de (6). Em (5), o ponto de vista que o locutor assume é o seguinte: “Manuel não cometeu o crime cinco meses antes” e “foi julgado num tribunal e está hoje detido” e o uso do condicional na oração principal ou subordinante decorre da oração subordinada condicional com o verbo no mais-que-perfeito do conjuntivo, de valor contrafactual):

(5) 4063962

O curioso é que se Manuel tivesse cometido o crime cinco meses antes não **teria sido julgado** num tribunal comum nem estaria hoje detido.

(6) 672513

De acordo com fontes dos críticos, a alegada contestação não existiria **e teria sido «orquestrada»** por Meneses e desencadeada pelos seus «homens de mão» para justificar a ruptura que o secretário de Estado preparava há dias.

Por outro lado, verificámos que o condicional com valor mediativo, no discurso de imprensa, surge muitas vezes em notícias vindas de França (da France Press, por exemplo) ou que se referem a França, podendo eventualmente ser traduções mais ou menos influenciadas pelo uso do condicional francês no original.

(7) 2364270

Segundo o diário francês, que cita «boas fontes em Paris», o relatório final da missão ainda não **teria sido entregue** ao secretário-geral da ONU, Kofi Annan, porque os seis membros da missão estariam «divididos quanto às conclusões a tirar».¹¹

Além disso, é pouco frequente o condicional (composto ou simples) ser utilizado em títulos ou subtítulos de notícias, como acontece com o *futuro perfeito*, prova de que

¹⁰ Ao retirar exemplos de *futuro perfeito* e de condicional composto de ambos os *corpus*, não podemos esquecer-nos do fenómeno da mesóclise, isto é, de que, em português, podemos ter o clítico no interior da forma verbal de futuro ou de condicional como, aliás, sucede no exemplo (2). Não restringimos, portanto, a pesquisa apenas a formas como “terá feito” ou “teriam roubado”, mas incluímos também outras como “tê-la-iam assassinado” ou “tê-los-á perdido”, para dar exemplos concretos. Por outro lado, entrei apenas em linha de conta com ocorrências da 3ª pessoa (quer do singular quer do plural), porque, nos *media*, as ocorrências de fp em 1ª e 2ª pessoas eram quase residuais e sem valor mediativo, obviamente.

¹¹ Eis um exemplo perfeito da forma de relato de discurso frequente nos *media*, que MAINGUENEAU (2001, p. 132-133) caracteriza como “resumo com citação”.

aquele tempo verbal não terá, em PE, o mesmo efeito de relato desresponsabilizador do L que decorre do emprego do *futuro perfeito*, cujos usos actuais são sobretudo do discurso de imprensa e com o valor que vimos descrevendo.

Aquando de um momento anterior deste percurso de investigação¹², não concordei totalmente com a afirmação de OLIVEIRA; NEVES (2007) acerca das diferenças de uso entre os dois tempos compostos, neste contexto específico. Deixarei, no entanto, para outra ocasião, um aprofundamento desta questão. Procurarei então perceber qual a diferença que os falantes nativos do PE vêem entre o *fp* e o condicional composto, partindo, por exemplo, das opiniões de SILVA DIAS (1933, p. 194-195) que escreve: “quando a acção, sendo futura em relação ao passado, o é também em relação ao presente, emprega-se o futuro perfeito, em lugar do condicional preterito” e de STEN (1973, p. 263), segundo o qual

Le futur passé indiquera donc un «doute» concernant une action passée, vue du présent, tandis que le conditionnel passé exprimerait un doute à propos d'une action passée, vue d'une époque du passé. Les deux formes ont, dans ces cas-là, un caractère modal, mais semblent se distinguer entre elles par une différence temporelle.

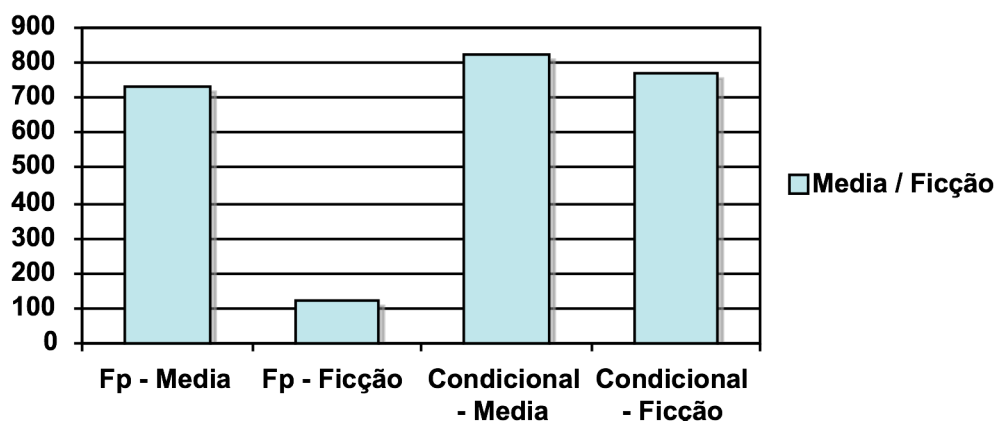
Abandono pois, provisoriamente, duas questões que retomarei em posteriores etapas de investigação:

a. A forma como os falantes nativos do PE avaliam uma eventual diferença de efeito do emprego do *futuro perfeito* e do condicional composto; e

b. as diferenças entre o PE e o PB, que não posso deixar de assinalar, sobretudo porque estou a falar no Brasil, onde as minhas afirmações poderão estar a ir de encontro às convicções ou intuições dos falantes e por o uso dos tempos verbais em apreço se afastar nestas duas variedades do português. No que concerne ao valor concreto de relato de discurso desresponsabilizante do locutor jornalista, creio que o PB está mais próximo do francês, do espanhol e do italiano do que do PE.

4. *Futuro perfeito* na ficção e o seu aumento de frequência nos textos jornalísticos

Centrando-me agora apenas no PE e no *corpus* de DAVIES; FERREIRA, posso concluir no mesmo sentido em que apontava a minha intuição e uma primeira análise¹³ rápida de dados, isto é, que o *futuro perfeito* é muito mais usado (cerca de 8 vezes mais) na imprensa do que na ficção.



No que concerne o discurso ficcional, analisámos alguns exemplos retirados do corpusdoportugues e onde elencámos diferentes efeitos de usos do *futuro perfeito*. Aliás, é

¹² Ver nota 3.

¹³ Ver nota 3.

mais vasta a paleta de valores encontrados no discurso de ficção do que dos *media*, como veremos rapidamente, a partir de algumas ocorrências. Dos exemplos retirados do *corpus* de ficção, poderíamos eliminar uma parte significativa de usos não mediativos, pois o *fp* tem frequentemente o valor mais habitual já referido em 1., ou seja, de acção futura completamente terminada quando outra acção futura tiver lugar. No discurso ficcional, o *fp* surge, sobretudo, nos seguintes tipos de situações:

a. em enunciados como (1) (Recorde-se: (1) Quando ele chegar, já eu terei jantado.) ou (8), em que o ponto de referência se situa num futuro relativamente ao momento da enunciação (“*Daqui a cem anos*”) e, em relação a esse ponto futuro, a acção para que remete o *futuro perfeito* já estará perfeitamente acabada (“terão passado, em matéria, os que te amam e cercam”). Escreve HAILLET (2007, p. 80) a propósito do *futur antérieur* francês, tempo verbal cujo uso, no entanto, não corresponde totalmente ao do *futuro perfeito* português, como bem alerta STEN (1973, p. 261),

[...] le futur antérieur possède, sur le plan de *l'aspect*, une double caractéristique: à la mise en scène de la borne finale de l'objet correspondant s'ajoute sa représentation comme antérieure à un repère temporel situé dans l'avenir – repère qui peut être plus ou moins nettement précisé par l'environnement discursif.

Neste caso, “daqui a cem anos” é um ponto de referência precisado com nitidez e o mesmo se passa com a expressão “daqui a uns seis meses”, no exemplo (9).

(8) E proclamava: tu; os outros; todos; esta cidade; o reino; a terra. Daqui a cem anos **terão passado**, em matéria, os que te amam e cercam; mais uns séculos e a memória deles será mais fugaz que a mente dum recém-nascido. Conta mais uns séculos, e onde estará o teu país?

Afonso Ribeiro, *Escadas de Serviço*, 1946

De qualquer modo, quando a acção remete para um futuro, comporta, quase sempre, uma margem de incerteza, acrescentando-se ao valor perfectivo, frequentemente, uma tonalidade de probabilidade, porque todo o futuro é incerto. Veja-se mais um exemplo:

(9) Não me admira se a radiografia apresentar uma névoa difusa e nada mais. Repouso, boa alimentação, cálcio com fatura - e daqui a uns seis meses **terá feito** uma regressão completa. O caso só seria grave se fosse desprezado.

Francisco Costa, *Cárcere invisível*, 1972

b. Por outro lado, temos aquela utilização em que o *futuro perfeito* poderia ser substituído sem grande prejuízo pelo pretérito perfeito, tempo que lhe equivale nalguns contextos, como já Silva Dias notara (cf. 1933, p. 195). HAILLET (2007, p. 81) utiliza um critério linguístico útil para identificar estes usos do futuro composto comutável com o pretérito perfeito (no caso francês, com o *passé composé*), dizendo que admitem paráfrases que combinam o pretérito perfeito e “finalmente”, “definitivamente” ou “no fim de contas”¹⁴. A paráfrase de (10) seria algo como “[...] no fim de contas deu ao Mundo[...]”:

(10) Por outro lado, quando um casal consegue sobreviver a um casamento de cinquenta anos sem perder o melhor da vida e de si próprio, **terá dado** ao Mundo a maior prova de maturidade acabada; e para quem vê na existência um estágio de aprimoração pessoal, o casamento pode até constituir um Jogo da Glória empolgante, um repto intelectual irresistível para crânios exigentes.

Rita Ferro, *Por tudo e por nada*, 1994

c. Na ficção como fora dela, no entanto, grande parte das ocorrências do *futuro*

¹⁴ Segundo o mesmo autor, a escolha do *futur antérieur* nestes casos “a pour effet d'ajouter, à la représentation de l'objet correspondant avec sa borne finale et comme situé dans le passé, sa mise en scène en tant que résultat d'un «bilan contrasté qui n'était pas «acquis d'avance»” (HAILLET, 2007, p. 81).

perfeito encerram um evidente valor modal epistémico, como referido a propósito de (9), sugerindo dúvida, aliás, em (11), reforçada pelo valor do verbo modal “dever”:

(11) Os selos devem ter impressionado o vulnerável coração desses funcionários, que por coincidência **terão ficado** em sintonia, e em cadeia durante meses, foram sendo tocados pelo invólucro inteiro do pacote. O embrulho não parecia um pacote postal, parecia uma folha saída da algibeira dum afogado.

Lídia Jorge, *O Vale da paixão*, 2004

d. Este valor acentua-se quando a forma verbal em apreço aparece num contexto de pergunta parcial, o que acontece muitas vezes, acrescentando-se, ao valor modal do *futuro perfeito*, aquele, muito semelhante, que a pergunta nestes casos configura, já que em orações interrogativas de claro valor epistémico, o uso do *fp* tem teor modal (ver STEN, 1973, p. 261 e OLIVEIRA, 1985, p. 365). O locutor das perguntas não quer propriamente receber uma informação, mas conduzir o alocutário a aceitar o ponto de vista que corresponde à resposta mais óbvia para a questão sem, no entanto, o assumir como seu. No caso de (12), por exemplo, o alocutário é levado a admitir o ponto de vista segundo o qual a personagem teria sonhado. Mas o *futuro perfeito* nestas perguntas opera uma como que atenuação, uma modalização da pergunta que não é tão abrupta nem directa como se tivesse sido feita usando o pretérito perfeito, por exemplo.

(12) Senta-se na cama a esfregar muito os olhos. Ou **terá sido** sonho? Acende a luz. Apaga a luz. Três horas da manhã. Volta a deitar-se, enrola-se bem na roupa. É por isto que não gosta de ficar em casa só, ainda menos com eles no estrangeiro [...].

Mário Dionísio, *O menino*

(13) – As matrizes profundas do fenómeno amoroso **terão permanecido** no essencial ou **terá havido** alterações?

– Não te posso responder com certeza. O que sei é que aquilo que existe tem criado todos os traumas de que vivem os psiquiatras, e que a história do amor tem sido a história [...].

Alçada Baptista, *Os Nós e os Laços*, 1985

Com o valor de mediativo, de discurso relatado ou aludido, de uma acção que o locutor considera possível ou provável, não tendo certezas quanto ao estado de coisas para que a proposição remete, o tempo verbal estudado ocorre com menos frequência na ficção do que na imprensa, sendo em contrapartida este o seu valor quase exclusivo nos *media*.

Esta intuição que agora parece confirmar-se era acompanhada¹⁵ de uma outra com ela correlacionada: a de que o *fp* é mais usado hoje do que antes, o que o *corpus* utilizado permite também atestar¹⁶. Os exemplos de *futuro perfeito* do corpus português antes do século XX são em número muitíssimo menor do que hoje, ilustram usos muito semelhantes aos que encontramos na ficção, por motivos óbvios, dado que nenhum pertence à imprensa, mas sim a ficção, a cartas ou a textos de tipo doutrinário.

a. Há exemplos de *fp* em frases complexas semelhantes ao exemplo (1), como em *Os Lusíadas* (Canto V, est. 46):

(14) Outro também virá, de honrada fama,

¹⁵ No final do texto referido na nota 3.

¹⁶ O confronto de duas épocas, do ponto de vista da frequência do uso do *futuro perfeito* nos títulos do jornal *Público*, foi o despoletador desta investigação. No entanto, apesar de se ir reforçando a minha intuição inicial sobre a muito maior quantidade deste tempo verbal nos títulos de notícias e até em manchetes à medida que manipulo mais exemplos do *corpus*, o facto de o CETEMPUBLICO não disponibilizar a totalidade dos exemplares do jornal, não me tem permitido confrontar dados do primeiro período do jornal (1990) com os de tempos mais recentes. Mas é um desígnio de que não desisto e que apenas adio para uma nova etapa da investigação em curso.

Liberal, cavaleiro, enamorado,
E consigo trará a fermosa dama
Que Amor por grão mercê lhe **terá dado**.
Triste ventura e negro fado os chama
Neste terreno meu, que, duro e irado,
Os deixará de um cru naufrágio vivos,
Para verem trabalhos excessivos.

É o momento futuro em que Sepúlveda virá, e consigo trazer Dona Leonor que serve de ponto de referência. Nesse momento futuro, já o Amor lhe terá dado antes a “fermosa dama”.

b. Há, por exemplo, em P^c António Vieira, para além do uso semelhante ao de (14), o emprego exemplificado em (11), em que o *fp* tem valor modal de probabilidade, dúvida, dificuldade por parte do locutor em validar, com segurança, a asserção:

(15) [...] e das feitiçarias do Sr. D. Simão, tinha muito que contar a V. Ex.^a, mas havia de ser em presença; a Sr.^a Condessa o **terá feito** nas cartas que remeti, que sempre há matéria nova. Tudo o que V. Ex.^a me diz dos talentos e partes do residente António Moniz de Carvalho conheci logo que o vi, e cada vez o vou descobrindo mais [...].

Por fim, também existem, antes do século XX, exemplos de *fp* comutável com o pretérito perfeito. Na ocorrência (16), seria possível parafrasear a frase em que ocorre o *fp* da seguinte forma: “Julgo que o meu procedimento de então até hoje lhe fez conceber do meu carácter um não muito desfavorável conceito”, em que o verbo epitémico na primeira pessoa do singular (“julgo”) modaliza, apesar de tudo, o valor da asserção contida na oração completiva.

(16) Há muito que não falamos nisto. A última vez que o fizemos, um tanto categoricamente, foi uma ocasião bem crítica. Julgo que o meu procedimento de então até hoje lhe **terá feito** conceber do meu carácter um não muito desfavorável conceito. Bem vê que não abusei.
– De quê? – perguntou Madalena, contraindo a fronte, num gesto de altivez.
Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*

5. O condicionamento emotivo do alocutário: *futuro perfeito* e argumentação

Haillet afirma, acerca do *futur antérieur* francês algo que pode explicar por que razão o seu quase homólogo português é tão usado, nos nossos dias, como modo de o locutor condicionar emotivamente o alocutário, procurando influir nos seus estados de crenças, como forma de argumentar, mais ou menos subrepticamente, em favor de uma dada tese. Diz HAILLET (2007, p. 81):

La perspective adoptée par le locuteur sur l’objet de ce type d’assertions au futur antérieur est double: le *constat* – qui a pour repère temporel la production de l’énoncé – s’y associe à un regard (construit discursivement) qui ne fait qu’envisager le résultat dans l’avenir, à partir d’un repère – lui aussi construit discursivement – antérieur au *maintenant* du locuteur.¹⁷

A constatação decorre do valor perfectivo do *futuro perfeito* e dá o facto como consumado. O ponto de vista do locutor é não comprometido (o resultado será sempre encarado num futuro, com o grau de incerteza que ele comporta) e por isso o locutor não pode ser responsável pelo ponto de vista alheio que o seu discurso veicula:

(17) 376067
Funcionária do Serviço de Estrangeiros **terá feito** disparo inadvertido (título)
Tiro no aeroporto assusta funcionários (subtítulo)

¹⁷ Não é válida para o *futuro perfeito* português a parte final da afirmação sobre a anterioridade do ponto de referência, discursivamente construída, em relação ao presente da enunciação.

Em relação ao título do jornal *Público* que transcrevemos em (17), o presente do indicativo no subtítulo e o valor perfectivo do *futuro perfeito* conduzem o destinatário do discurso para a conclusão de que houve um tiro no aeroporto e esse disparo assustou os funcionários. Mas o locutor não se responsabiliza pela informação do enunciador¹ (que o título não identifica), caso típico de “*effacement énonciatif*”, segundo a qual esse tiro seria inadvertido e disparado por uma funcionária do Serviço de Estrangeiros. Por isso é possível parafrasear (17) por “Funcionária do Serviço de Estrangeiros fez, provavelmente, disparo inadvertido”, em que o pretérito perfeito se combina com um advérbio modalizador. Pelo contrário, o ponto de vista que seria parafraseável como “Funcionária do Serviço de Estrangeiros fez disparo inadvertido” não é integrável na realidade do locutor, porque (17) não o representa como sendo assumido pela origem do enunciado (cf. HAILLET, 2007, p. 82). Mas há, sem que o locutor assuma a responsabilidade pela totalidade do conteúdo semântico que o seu discurso carrega, uma sugestão de que os funcionários dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras podem usar inadvertidamente (ou seja, de modo leviano) as armas. Esta sugestão serve determinados intuítos argumentativos que visam, mais do que fazer pensar, levar o destinatário a aderir emocionalmente a uma tese: a de que os funcionários do SEF podem eventualmente ter comportamentos descontrolados e não adequados. A “estratégia discursiva” usada pelo locutor consiste em utilizar o ponto de vista de um outro enunciador para realizar a sua própria intenção comunicativa, sem a assumir.

Em PE, é o *fp* o tempo verbal usado, em frases simples, independentes, no caso em apreço, em títulos de notícias, para conseguir este efeito de dizer, mas reportando um ponto de vista alheio pelo qual o locutor não se responsabiliza, ou seja, é um tempo verbal predestinado a condicionar veladamente a argumentação, no sentido de determinadas conclusões. São estes valores imbrincados do *fp* que nos propusemos sondar, porque, como afirma Charaudeau (2006, p. 42),

Le linguiste du discours est en cela différent du linguiste de la langue: il ne doit accorder qu’une confiance relative aux marques verbales. Il sait qu’il doit traquer le sens au-delà de l’emploi des mots et des constructions phrastiques. Aller voir derrière le masque de l’effacement énonciatif, celui du positionnement discursif.

6. Conclusão

Três questões ainda ficam por estudar:

a) Por um lado, e por dificuldades de acesso ao *corpus*, dado que o CETEMPUBLICO só tem material on-line até 1999, deixo para outro momento o confronto de que não desisto entre uma fase inicial do projecto editorial do jornal *Público*, em que este se assumiu como um quotidiano de referência e se pautava por normas de grande qualidade (o jornal surgiu em 1990, com uma equipa jovem mas experiente, muito motivada, reunindo a elite dos jornalistas portugueses, tendo tido o primeiro provedor do leitor e o primeiro “livro de estilo” do jornalismo português) e uma fase mais recente em que o projecto se foi desvirtuando, depois de várias mudanças de direcção e mesmo da equipa responsável pelo jornal. Mas este confronto interessa-me porque, como Charaudeau (2006, p. 36) afirma,

Lorsque l’enjeu de captation est dominant – et il l’est souvent –, la visée informative disparaît au profit d’un jeu de spectacularisation et de dramatisation. Il finit par produire des dérives qui ne répondent pas à l’exigence d’éthique qui est celle de l’information citoyenne.

b) Aguarda um outro momento desta indagação o estudo da percepção que têm os falantes nativos do PE sobre a diferença de efeito provocado pelo emprego do *futuro perfeito* e do condicional composto.

c) As diferenças entre PE e PB ficam também à espera de uma outra fase desta investigação, mas são suficientemente marcantes para merecerem a minha curiosidade e atenção.

Referências

- CISZEWSKA, E. Futur antérieur de probabilité – essai d’exploration contextuelle. In DUTKA-MANKOWSKA, A.; BOGACKI, K. (éds.) *Les relations sémantiques dans le lexique et dans le discours*. Warszawa: Uniwersytet Warszawski, 2005, p. 75-83
- DENDALE, P. Le conditionnel de l’information incertaine: marqueur modal ou marqueur évidentiel? In HILTY, G. (ed.) *Actes du XX^e Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*. Tome I. Tübingen: Francke Verlag, 1993, p. 165-176
- DUARTE, I. M. *O relato de discurso na ficção narrativa, Contributos para a análise da construção polifónica de Os Maias de Eça de Queirós*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003a
- DUARTE, I. M. O ensino de Camões e de *Os Lusíadas* em textos de jornais. In MELLO, C. et alii, *Didáctica das Línguas e Literaturas em Portugal: contextos de emergência, condições de existência e modos de desenvolvimento*. Actas do I Encontro Nacional da SPDLL. Coimbra: Pé de Página Editores, 2003b, p. 231-235
- DUARTE, I. M. A citação no discurso de imprensa: uma «Amostra» do Caso Moderna. In DUARTE, I. e OLIVEIRA, F. (edd.) *Da língua e do discurso*. Porto: Campo das Letras, 2004, p. 311-321.
- CHARAUDEAU, P. Discours journalistique et positionnement énonciatif. In *Semen* 22, 2006, p. 29-43
- GUENTCHÉVA, Z. Manifestations de la catégorie du médiatif dans les temps du français. In: *Langue Française* 102, 1994, p. 8-23.
- HAILLET, P. P. *Pour une linguistique des représentations discursives*. Bruxelles: De Boeck-Duculot, 2007.
- HAILLET, P. P. Représentations discursives, point(s) de vue et signifié unique du conditionnel. In *Langue Française* 138, 2003, p. 35-47.
- HAILLET, P. P. Le conditionnel d’altérité énonciative et les formes du discours rapporté dans la presse écrite. In: *Pratiques* 100, 1998, p. 63-79.
- KONNING, H. Le conditionnel «journalistique»: médiation et modalisation épistémiques. In: *Romanské Forum* 16, 2002, p. 561-575
- KRONNING, H., Polyphonie, médiation et modalisation: le cas du conditionnel épistémique. In BRES; HAILLET; MELLET; NØLKE; ROSIER (edd.) *Dialogisme et Polyphonie Approches linguistiques*. Bruxelles: de Boeck-Duculot, 2005, p. 297-312
- MAINGUENEAU, D. *Analyser les Textes de Communication*. Paris: Nathan 2000 (1998).
- MOIRAND, S. *Les discours de la presse quotidienne, Observer, analyser, comprendre*. Paris: PUF, 2007.
- NEVES, J. B. Mediático e jornalismo. In: *Actas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 2003, p. 615-622.
- OLIVEIRA, F. O Futuro em português: alguns aspectos temporais e / ou modais. In: *Actas do 1º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: 1985, p. 353-373.
- OLIVEIRA, T.; NEVES, J. B. Estratégias linguísticas de distanciamento no discurso jornalístico. In: *Aprender - Revista da Escola Superior de Educação de Portalegre* 31, 2007, p. 49-55.
- RABATEL, A. (ed.) Effacement énonciatif et discours rapportés, *Langages* 156, 2004, p. .
- RABATEL, A.; CHAUVIN-VILENO. La question de la responsabilité dans l’écriture de presse. In: *Semen* 22, 2006, p. 5-22.
- SILVA DIAS, E. *Syntaxe Historica Portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1933.
- SOUSA, O. Da C.; PEREIRA, S.C.. Futuro Sintético / Futuro Analítico e valor aorístico. In: SÁNCHEZ MIRET, F. (ed.) *Actas del XXIII Congreso Internacional de Lingüística y Filología Románica*. Vol. II. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2003, p. 403-414.
- STEN, H. *L’emploi des temps en portugais moderne*. Copenhaga: Munksgaard, 1973.